CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

ATA

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEXAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA NONA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA.

Às nove horas do dia 06 de setembro de dois mil e cinco, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito Av. Capitão Ene Garcez, número mil duzentos e sessenta e quatro, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a Décima Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo de dois mil e cinco da Nona Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência do Senhor Vereador **JOSÉ REINALDO PEREIRA DA SILVA**, Secretariado pelo Senhor Vereador **ROGÉRIO MATOS MOREIRA TRAJANO,** o qual fez constar à presença dos seguintes Vereadores: **ALFONSO RODRIGUES DO VALE, BRAZ ASSIS BEHNCK, FRANCISCA PLENEILDA PEREIRA GOUVEIA, GEORGE DA SILVA MELO, IRACEMA ARALDI, IVO DE SOUZA PEREIRA, MARCELO VIEIRA DE CARVALHO, MARIA DE LOURDES PINHEIRO, OSMAR FRANCISCO SAMPAIO DA SILVA, PAULO MIGUEL MARCHIORO e SEBASTIÃO CORRÊA LIRA NETO**. Havendo Quorum Regimental, o Senhor Presidente, sobre a proteção de Deus, declarou aberta a Décima Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo de dois mil e cinco. Após a leitura dos Expedientes, a Presidência abriu espaço a **Audiência Pública** da Apresentação do **Relatório da Prestação de Contas do Fundo Municipal** do Primeiro e Segundo Trimestre de 2005 da Secretaria de Saúde. Convidou para fazer parte da Mesa, **o Secretário de Saúde o Dr. Mário Capriglione, a Drª Eugênia Glaucy, Secretária Estadual de Saúde, a Drª Jeane Sampaio, Promotora da Saúde do Ministério Público, o Dr. Lauro Moreira, representando o Tribunal de Contas, a Procuradora Geral do Município de Boa Vista, a Drª Ana Lucíola, o Dr. Manos Levino Representando o Ministério Público da Saúde**. Com a palavra o **Dr. Mário Capriglione Secretário de Saúde**, falou de sua apresentação à gestão física e financeira e sobre a Prestação de Contas da Saúde no 1° e 2° trimestres de 2005. Conforme o termo de conduta celebrado com o Ministério Público Estadual, para melhor orientação e demonstração das ações desenvolvidas no Município e a aplicação dos Recursos que são destinados a Saúde, e se colocando a disposição de todos os presentes para que haja discursos nas ações e nas necessidades da Gestão da Saúde em Boa Vista. A Senhora **Jeane Sampaio**, disse que esta Audiência Pública é realizada

para dar maior transparência quanto aos gastos e as ações realizadas em benefício da Saúde Pública, permitindo também um maior acompanhamento na Gestão da Saúde. O Senhor **Mario Capriglione**, falou sobre a Lei 8.689, que obriga o Gestor a apresentar trimestralmente ao Conselho o Relatório detalhado das Ações, no qual é apresentado o montante dos recursos e onde os mesmos foram aplicados, as auditorias e a oferta de produção dos serviços de rede própria, contratado e conveniada. Relatou sobre o Fundo Municipal de Saúde onde são depositados os recursos do Ministério para a Secretaria, além dos recursos próprios que são repassados de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, que tem como repasse, no mínimo 15% dos recursos do Município para áreas da Saúde. Falou sobre o programa DST/AIDS e da quantidade de casos notificados no primeiro e segundo trimestre. Dentro destas ações foram cumpridas todas as metas. Relatou ainda que o controle da dengue e da malária está sendo contínuo e que haverão investimentos para o aperfeiçoamento dos funcionários que auxiliam no combate a estes mosquitos transmissores. Falou ainda sobre a assistência farmacêutica e que os principais medicamentos distribuídos não estão sendo repassados pelo Ministério da Saúde, como no Hospital Santo Antônio que se encontrava em situação precária, da melhoria do atendimento a população e da falta de médicos em Boa Vista. Falou sobre o SUS que é um recurso repassado na ordem de treze reais por habitante. Relatou sobre os recursos que estão disponíveis para a compra de medicamentos para que não haja faltas destes materiais no final do ano, e que em termos de aplicação, 18% dos recursos da Prefeitura Municipal de Boa Vista são aplicados em saúde. Após o término das explicações do **Relatório da Prestação de Contas do Fundo Municipal,** foi passada a palavra aos Vereadores. Com a palavra, o Vereador **Rogério Trajano** falou sobre o repasse do SUS que é na ordem de treze reais por habitante, e que o mesmo está sendo realizado de forma arcaica, pois o último senso foi realizado em 2003. Com a adequação do Plano Diretor, será realizado um senso no Município de Boa Vista. E em cima desse senso, não há a possibilidade de ser projetado para os anos de 2006, 2007, 2008 esse recenseamento, tendo em vista que a estimativa de cálculos realizados pelo mesmo se dá um repasse per capito menor que a metade do que poderia ser repassado pelo SUS à Secretaria de Saúde do Município? Pois hoje há uma ordem de 1.282.165 reais onde a estimativa do Município por habitante e de 250.000 que seria proporcionalmente a 3.250.000 reais. Em cima desta base de cálculo, esse senso não seria mais barato do que a perca que o Munícipe tem hoje dos repasses oriundos do Governo Federal? Na LDO, nas metas da saúde foi votado uma Emenda para que houvesse subsídio financeiro para que possa ser construída uma unidade de tratamento especifico as pessoas que tenham doenças mentais e portadores de necessidades especiais para que tenham tratamento continuado. Quais são as metas para a saúde mental já que a Lei foi aprovada pelo Executivo?. Em resposta o Secretário falou que hoje é repassada a Secretaria 242.450 reais por mês, que é um percentual por habitante

calculado pelo Ministério em cima de uma população de 2003 de 186.500 habitantes. Por está razão, o mesmo concordou com a declaração do Vereador, e o convidou para que juntos possam ir ao Ministério da Saúde para que haja uma solicitação desta autorização. Em resposta o Secretário de Saúde, respondeu que o trabalho está sendo voltado para a busca de profissionais médicos para suprir as necessidades da área e posteriormente será efetivado essa proposta da construção do CAT. **A Dr[a] Jeane Sampaio Promotora da Saúde do Ministério Público**, perguntou se a Secretaria Municipal de Saúde ainda possui servidores contratados temporariamente? Se os servidores contratados temporariamente pagos com recursos do SUS são de aplicação própria da Prefeitura ou são recursos repassados pelo Ministério da Saúde? Qual seria a previsão e se existe algum estudo para a realização do concurso Público para acabar com os serviços temporários? Com relação ao concurso público realizado, quantos médicos foram aprovados? Quantos assumiram neste primeiro semestre? Existe algum estudo para abrir um concurso público para médicos? Qual o salário real efetivamente pago aos profissionais médicos do programa Família do Hospital Infantil Santo Antônio e do Centro de Especialidades? Ainda existem TFDs pendentes no Município? Estão sendo pagas as diárias para os pacientes com TFD? O Conselho Municipal de Saúde analisou esta questão? O Município já tem uma regulamentação especifica para o TFD? Quais os Programas e Projetos desenvolvidos para a saúde mental do Município nesse primeiro semestre de 2005, e se existe algum estudo no sentido da implementação dos núcleos Psíquico-sociais? Quais as área de risco no Município referente à malária e o motivo da doença ter ganho um alto índice em janeiro do corrente ano? Existiram no semestre estabelecimentos que funcionaram sem Alvará Sanitário e a Secretaria possui o número total destes estabelecimentos?. Em resposta o Secretário de Saúde, falou que possuem servidores temporários que são, no caso os Agentes da Dengue, há também servidores que são contratados pelo SUS. Em relação aos funcionários que são pagos com recursos do SUS conforme foi apresentado em relação à possibilidade de se estar investindo esses recursos em Recursos Humanos. Sobre a questão do concurso Público já houve a efetivação neste semestre do concurso que foi realizado e a partir de um próximo levantamento da necessidade que existe na saúde poderá ser realizado. A despeito do salário pago a médicos, existem alguns que são pagos pela folha do SUS, e na sua grande maioria não há um valor determinado, pois os mesmos recebem por hora trabalhada, e em relação ao concurso há um estudo para se avaliar a necessidade da realização dos concursos para esses profissionais. Em relação ao tratamento fora do domicílio não há nenhuma pendência, pois todas as solicitações que são encaminhadas com laudos médicos são encaminhadas e todas recebem diárias. A despeito da regulamentação do TFD o Município tem que trabalhar muito na regionalização, pois a grande demanda para fora do Município em lugares muito longes acarretam um alto custo, deixando assim de investir em outras áreas. A respeito da saúde mental, já existe

um Projeto que está sendo discutido para que no próximo ano possa ser trabalhado com um Centro Psíquico-social. Em relação às áreas de risco existe maior foco no: Parque Caçarí, Jardim das Copaíbas, Caranã e Equatorial, sendo que a malária corresponde a 4,6% dentro do Estado, e em janeiro há um aumento grande do mosquito transmissor devido à seca que assola esse período. A respeito do Alvará Sanitário há duas situações: uma é a falta de condições de higiene, no caso o estabelecimento está fora das normas sanitárias, a outra é a documentação dos terrenos, é constatado ainda mais de 34 interdições que podem voltar à legalidade até que se cumpra a norma da Vigilância Sanitária. **A Drª Eugênia Glaucy Secretária Estadual de Saúde**, perguntou, Qual a projeção epidemiológica no primeiro trimestre de 2006 com relação a dengue baseado nos dados que foram apresentados na Prestação de Contas? Qual o índice de pendências em visitas domiciliares por Agentes da Dengue? Qual o resultado apresentado pela pesquisa elaborada pelo Instituto Evandro Chagas com relação ao mosquito da dengue, ao vírus isolado, e o tipo de dengue identificado? Em resposta a projeção epidemiológica que está descendente a previsão é que no ano de 2006, a mesma continuará descendente, ou então numa estabilização, e há uma perspectiva para 2006, o que tange a criação de uma equipe de bloqueio para ajudar o trabalho de campo. Caso haja uma notificação, a equipe irá bloquear nove quarteirões. Em relação às pendências a serem tomadas, os maiores índices eram em terrenos baldios e as providências foram tomadas onde às pendências hoje giram em torno de 14%. Em resposta ao resultado apresentado pelo instituto Evandro Chagas foram encontrados nas latrinas a larva do mosquito da Dengue tipo três, tendo como imediata ação comunicar a população, e pedir para que os mesmos lacrassem a parte de esgotamento da latrina e colocasse uma tela nos suspiros. **Dr. Manos Levino, Representando o Ministério Público da Saúde,** falou sobre a importância que o SUS tem para a população do Estado, e que um dos maiores entraves da efetivação do Sistema Único de Saúde nesse país é a forma como foi promovida a descentralização da saúde que aconteceu de forma fragmentada nas redes de serviços do SUS. Relatou ainda sobre o mau entendimento no que diz respeito ao total de recursos oriundos de receita própria do Município de Boa Vista para a Secretaria de Saúde. Qual o percentual que já foi executado concretamente? E do total de recursos oriundos da receita do Fundo Nacional de Saúde, qual o percentual que foi executado? Em resposta o Secretário de Saúde **Mario Capriglione**, disse em relação de ao percentual que já foi executado concretamente está em torno de 90 milhões dos recursos da Prefeitura e em torno de 16 milhões representando um percentual de 18% de aplicação neste momento. Com a palavra o Vereador **Ivo Som**, perguntou se não seria viável a compra de medicamentos nos postos médicos ao invés de materiais como: carros e motos? Em resposta o Secretário de Saúde falou que o dinheiro que foi repassado à Secretaria é destinado ao combate a dengue, não sendo possível utilizar-se deste recurso para outros fins, ressaltando ainda que os remédios foram comprados e

que a um aditivo de compra de remédios já em andamento de 25%, além de mais medicamentos emergenciais para que não haja nenhuma falta nos postos médicos. A Vereadora **Francisca Pleneilda**, disse de sua preocupação no que tange a dificuldade que passa o Hospital Santo Antônio, onde crianças esperam horas em filas, em decorrência da falta de profissionais médicos no Hospital, relatando também a falta de medicamentos nos postos médicos. A Vereadora **Maria de Lourdes**, relatou sobre a Secretaria de Saúde, que tem prestado um bom trabalho no Hospital Santo Antônio, posto que nunca se deparou com nenhum tipo de problemas como o Vereador havia citado. Ressaltou ainda a necessidade dos médicos de passarem medicamentos genéricos que são mais acessíveis a população. O Vereador **George Melo**, falou sobre o projeto que se refere a um convênio do Município com farmácias para que não haja reclamações da população em virtude da falta de remédios nos postos médicos e no Hospital, como também da falta de postos médicos em determinados bairros do Município. O Vereador **Rogério Trajano**, parabenizou o Secretário de Saúde, que apesar do pouco tempo à frente da saúde do Município, tem proporcionado a todos maiores conhecimentos. Falou ainda que a deficiência da saúde hoje é arcaica e que esse sistema rudimentar prejudica a massa que é a população, onde procuram driblar essas dificuldades em busca do auxílio de políticos ao invés de brigar pelos seus direitos que de fato lhe é assistido. **O Dr. Manos Levino Representando o Ministério Público da Saúde,** em suas considerações finais falou do Programa que o Ministério Público encabeça chamado de Farmácia Popular que visa a implantação de farmácias em todas as cidades com mais de 100 mil habitantes sendo capitais ou não, prevendo a venda num preço muito mais acessível, contando com mais de mil itens para a população. O Vereador **Paulo Marchioro**, falou da falta de atendimento a população no que diz respeito à saúde pública no Município, ressaltando ainda o grande problema que é enfrentado em todo o Brasil no que diz respeito a segurança, a saúde, a educação e etc, repassando ainda ao Secretário de Saúde o que foi gasto na Saúde Pública. O Vereador **Marcelo Vieira**, falou da importância da Prestação de Contas da Saúde para todos os presentes e para a população em geral, sugerindo que no Conjunto Cidadão na Escola Padrão do Governo possam ser cedidas duas salas no intuito de criar um posto médico para atender as necessidades daquela localidade. **A Drª Jeane Sampaio Promotora da Saúde do Ministério Público,** agradeceu a presença de todos lembrando que o Ministério Público está à disposição desta Casa e a população que esteja interessada no que tange o seu bem estar na área da saúde. **O Secretário de Saúde o Dr. Mário Capriglione**, demonstrou toda a sua felicidade em ter cumprido com suas obrigações e sentir que todos estão preocupados com a melhoria da saúde, ressaltando ainda seu compromisso e deixando claro a todos que gostaria de ser cobrado principalmente no que diz respeito a mais médicos e mais medicamentos, agradecendo a todos. O Vereador **José Reinaldo**, falou do encaminhamento aos

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

gabinetes em detalhes sobre o relatório para que os Vereadores possam ainda mais ter o conhecimento nas aplicações dos recursos. O senhor Presidente agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar encerrou à presente Sessão. Plenário "**Estácio Pereira de Mello**", Boa Vista-RR 06 de setembro de 2005XXXXXXXXXX

José Reinaldo Pereira da Silva
Presidente

Rogério Matos Moreira Trajano
1° Secretário